

# PROFESSORAS DO ENSINO PRIMÁRIO DE SALVADOR: QUEIXAS, PEDIDOS E REIVINDICAÇÕES (1912-1918)

*PRIMARY TEACHERS IN SALVADOR: COMPLAINTS, REQUESTS AND CLAIMS (1912-1918)*

**Fabiano Moreira da Silva\***

## **Resumo**

O artigo trata das queixas, solicitações e demandas de professores da educação básica pública na cidade de Salvador antes e durante a greve da categoria de 1918. As mulheres eram oitenta por cento do contingente de professores municipais e suas manifestações nos jornais e através de cartas enviadas para autoridades públicas foram recorrentes entre os anos de 1912 a 1918. Durante esse período, o governo do estado da Bahia e o Município de Salvador estavam sob o domínio de JJ Seabra e os jornais da oposição serviram como espaços para a demonstração de insatisfação por parte das professoras. As principais queixas das professoras foram as precárias condições das escolas, os atrasos no pagamento de salários e as ameaças de despejos. O artigo demonstra que os professores já apresentavam sua insatisfação nos anos anteriores à greve de 1918 e foram importantes para a organização do movimento.

**Palavras-chave:** Mulheres. Professoras. Greve. Salvador.

## **Abstract**

The article deals with the complaints, requests and demands of teachers of public primary education in the city of Salvador before and during the strike of the professional category of 1918. Women were eighty percent of the contingent of municipal teachers and their manifestations in the newspapers and through letters sent for public authorities were recurrent between the years 1912 to 1918. During this period the government of the state of Bahia and the Municipality of Salvador was under the domination of JJ Seabra and the opposition newspapers served as spaces for the teachers' demonstration. The teachers' main complaints were the precarious school conditions, the delays in the payment of wages and the threats of evictions. The article demonstrates that teachers already presented their dissatisfaction in the years before the strike of 1918, being important for the organization of the movement.

**Keywords:** Women. Teachers. Strike. Salvador.

O ano de 2018 marca o centenário de um acontecimento importante para a história da educação na Bahia e que também deixou marcas na história política do estado. Trata-se do movimento dos professores do ensino primário público da cidade de Salvador de 1918 – a greve do professorado municipal –,

---

\* Mestre em História (UFBA). E-mail: fabianomdasilva@hotmail.com.

ou a “greve da fome”, como foi intitulada por jornais que circulavam pela cidade. Foi nesse ano do século XX que os professores do ensino primário público municipal decidiram não abrir as suas escolas para o início do ano letivo, motivados pela falta de pagamento de seus vencimentos que, em alguns casos, acumulavam dois anos de atraso. Ocorria, assim, a primeira greve de professores da cidade de Salvador.

O movimento do professorado de 1918 foi um ingrediente a mais na agitação social e política vivenciada pela cidade de Salvador durante a predominância do seabrismo<sup>1</sup> entre os anos de 1912 a 1924. A situação do ensino primário público municipal, as dificuldades enfrentadas pelo professorado e a greve da categoria foram temáticas abordadas em pesquisas de historiadores como Mário Augusto da Silva Santos (2001), Ana Alice Costa e Héliida Conceição (2001), Luis Henrique Dias Tavares (2008), José Augusto Ramos da Luz (2009), Silvia Sarmiento (2011), Joaci Cunha (2013) e Fabiano Silva (2017). Tais estudos destacam a greve do professorado como um evento importante no ano de 1918, na cidade de Salvador, que provocou agitação no meio político e social. O movimento teve a duração de nove meses, entre janeiro e setembro daquele ano, o que a coloca no rol das maiores paralisações do magistério baiano até então.

Este texto retoma a discussão proposta pelas pesquisadoras Ana Alice Costa e Héliida Conceição no artigo a *Revolta dos resignados* (2001), em que as autoras trataram sobre o movimento do professorado de 1918, por destacarem a participação das professoras na condução e no comando da greve. No artigo, as pesquisadoras demonstraram como se deu atuação das docentes no decorrer da greve e os meios de mobilização através de cartas enviadas às autoridades e aos periódicos da cidade. O texto delas tem por mérito apresentar os nomes das professoras que estiveram à frente do comando de greve destacando que, mesmo sendo oitenta por cento do professorado municipal, o movimento foi liderado pelos professores que eram minoria na categoria.

---

<sup>1</sup> É denominado de seabrismo o período de domínio J.J. Seabra no governo da Bahia. Seabra foi governador do estado em dois períodos: 1912-1916 e 1920-1924. No intervalo de 1916- a 1920 o governo ficou a cargo de Antonio Muniz, aliado de Seabra. Seabra também exerceu forte influência na na intendência de Salvador. O intendente era a denominação do administrador municipal semelhante ao prefeito na atualidade. Segundo Consuelo Novais Sampaio (1998, p. 77) a chegada de J.J. Seabra ao governo do estado deu início a fase de domínio seabrista que se estenderia até 1924 correspondendo ao período mais turbulento da política baiana durante a Primeira República

Ao retomar a discussão sobre o papel das professoras do ensino primário da capital na greve da categoria em 1918, este artigo tem por objetivo apresentar as ações dessas mulheres nos anos anteriores à greve, destacando as suas queixas manifestadas na imprensa e aquelas dirigidas às autoridades municipais por meio de cartas em que reclamavam da precariedade das suas condições de trabalho, os baixos salários, os atrasos nos vencimentos e as ameaças de despejos. Ao revisitar o tema, pretende-se mostrar que a mobilização das professoras não se restringiu ao ano da greve e que suas ações anteriores ajudaram na construção do movimento de 1918. Conhecer o contexto do ensino primário público da cidade de Salvador antes de 1918 nos ajuda a entender as motivações para o movimento do professorado e a influência das professoras.

### **As escolas primárias de Salvador: quantitativo e a participação feminina**

Em 1915, a cidade de Salvador possuía 174 escolas do ensino primário, distribuídas por todos os distritos urbanos e suburbanos da cidade, e atendia a clientela de 7.615 alunos dos mais de 11.000 matriculados (SANTANA, 2014). Essa diferença pode ser explicada pelo temor dos pais ou responsáveis que matriculavam as crianças na idade escolar para escapar das multas estabelecidas na legislação vigente<sup>2</sup>. A baixa frequência podia ser entendida pela pobreza das famílias que não levavam suas crianças para escola por falta de roupa e calçado adequados, ou até pela necessidade da ajuda dos filhos em trabalhos para complementar a renda da família.

Em relação ao quantitativo de professores das escolas do ensino primário, estes eram no número de 169 e os de adjuntos eram de 185. A docência no ensino primário público municipal era uma atividade majoritariamente exercida pelas mulheres que estavam à frente de 148 escolas, sendo que os homens estavam à frente de apenas 21 estabelecimentos de ensino (aproximadamente 88% e 12%, de modo respectivo). Essa proporção era mais acentuada entre os adjuntos que contavam com 172 mulheres (93% aprox.) e apenas 13 homens

---

<sup>2</sup> O regulamento das escolas primárias do município da capital, nº 245 determinava em seus artigos 51 a 55 a obrigatoriedade do ensino primário para crianças de ambos os sexos entre 06 a 14 anos e estabelecia multa de 1\$000 até 20\$000 para quem não cumprisse a determinação.

(respectivamente um percentual aproximado de 93% e 7 %)³. Os adjuntos eram os auxiliares dos professores e que na ausência do docente titular poderiam assumir a sala de aula e até tornar-se professor definitivo desde que fossem nomeados pela Intendência Municipal.

A predominância das professoras no ensino primário da capital é observada por Ana Alice Costa e Héliida Conceição (2001, p. 121), ao tratarem da constatação que as mulheres representavam em torno de 81% dos docentes do ensino primário no censo de 1920. As autoras afirmam que a inserção massiva de mulheres no magistério foi acompanhada da degradação dos vencimentos, das condições precárias de trabalho e do descaso das autoridades para com a profissão.

Assim, o aumento da inserção das mulheres no magistério é abordado também por Sara Martha Dick, que trata desse fenômeno como sendo a “feminização do magistério” (2008, p. 2-10). A autora afirma que o magistério vivenciou tal processo de feminização entre os anos finais do império e os primeiros anos da República na Bahia com a superação de matrículas femininas em relação às masculinas na Escola Normal. Ainda segundo a autora, a expansão na oferta do ensino primário criou oportunidades para que as mulheres exercessem o magistério tendo em vista uma mentalidade que relacionava a condição de maternidade para uma suposta docilidade, aptidão para lidar com crianças e também, não menos importante, o fato dos homens abandonarem o magistério em busca de uma profissão de melhor prestígio social e maiores salários (DICK, 2008, p. 2-10).

Ao tratar sobre o processo formativo de mulheres na Escola Normal da Bahia, Débora Vieira (2013) destaca a prevalência feminina nas matrículas e na conclusão do curso de magistério na instituição. A pesquisa demonstra que, mesmo com todos os empecilhos como regime de estudo diferenciado – externato para homens e internato para mulheres, com salas separadas e currículos diferenciados –, prevaleceu o quantitativo de mulheres estudantes e concluintes do curso Normal. Ainda para essa autora, a feminização da Escola Normal foi observada desde a segunda metade do século XIX e isso foi

---

<sup>3</sup> Levantamento realizado a partir dos dados estatísticos das Escolas Municipais de Salvador do ano de 1915, organizados por João Gonçalves Pereira, titular da 3ª delegacia escolar. Consultar em Mendes (1916, p. 431-432).

interpretado como oportunidade que se criava para que as mulheres, principalmente aquelas de poucos recursos, para que conquistassem a possibilidade de atuação profissional. Ao tratar sobre o mercado de trabalho em Salvador nas primeiras décadas republicanas, Mário Augusto da Silva Santos observa que a docência, ao lado do serviço doméstico e indústria têxtil, foi o espaço onde as mulheres se inseriram no mercado de trabalho (2001, p. 50).

### **Ensino primário: importância e descaso**

Nesse sentido, o ensino primário na capital baiana convivia com um paradoxo entre a importância e o descaso. No que diz respeito à relevância que a educação tinha no projeto republicano, José Augusto Ramos da Luz afirma que a escola se tornou o principal instrumento da utopia de civilização para o progresso, normatização, disciplina, moralização e formação do cidadão cômico do seu dever (2008, p. 234). Para muitos, era necessário disciplinar o comportamento das classes populares, uma vez que, sem essa interferência e orientação, não seria possível inserir o povo no modelo de modernidade e progresso.

Dessa forma, os professores seriam os encarregados da missão de educar as futuras gerações. Difundia-se a ideia que cabia ao professor a missão de preparar o cidadão republicano do futuro. Nomes como Ernesto Carneiro Ribeiro, médico, linguista, professor e educador relevante na sociedade baiana e brasileira, partilhavam dessa visão. Para este educador, “a escola é a forja em que se forma o caráter nacional e os mestres, os seus destros, os infatigáveis obreiros dessa forja” (1915, p.11). Ainda em suas palavras, em discurso realizado durante Conferência realizada no auditório do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 21 de abril de 1915, perante “mais de 300 pessoas da fina flor da sociedade bahiana”, afirma que o professor devia refletir que

é grande, é imensa, é *santa a sua missão*, quando, recebendo das mães de família os penhores do seu amor, ainda aquecidos pelos ósculos e carinhos maternos, lhe vem essas confiar a sua guarda vigilante e zelosa o depósito sagrado desse cidadozinhos, ainda em flor, e ele, o mestre, o pai, o *prestante obreiro do futuro*. (RIBEIRO, 1915, p. 11). (grifo nosso).

Este foi um discurso muitas vezes utilizado pelo professorado municipal ao dirigirem suas cobranças e reivindicações aos representantes do poder municipal, ou quando tratavam do assunto entre seus pares. Menções como a missão, o sacerdócio, o condutor para a civilidade e o formador do cidadão patriótico eram utilizadas pelo professorado como uma forma de sensibilização e autoafirmação. Foi assim no texto do manifesto publicado na primeira página do jornal *A Tarde*, que informava o início da greve em 1918. No referido texto, foram apresentados os motivos para a não abertura das escolas, ao passo em que se buscou a sensibilização dos leitores quanto à situação do professorado:

Despreocupados do bem viver que só o mercantilismo justifica; encarando a sua função na sociedade como um verdadeiro *sacerdocio* a cuja sombras somente, vão buscar abrigo os que sonham com a humildade que, felizmente conforta e retempera sem a remuneração que ao menos, por *hypothese* compense o esforço empregado, vive, trabalha e aguarda a nova lida, na convicção de que jamais cerrou ouvidos aos gritos dos sedentos da instrução!<sup>4</sup> (grifo nosso).

Se por um lado se tinha a ideia do professorado abnegado, por outro, o ensino primário público convivia com a precariedade, tendo maioria de suas escolas instaladas em imóveis que não se destinavam a esse fim. Havia escolas em sótãos, subsolos, fundo de casas e em andares superiores, que contrariavam o padrão construtivo para um edifício escolar determinado por lei<sup>5</sup>. A imprensa noticiava escolas localizadas nas proximidades de depósitos de carvão e em trapiches, assim como salas de aula com a presença de mofo e paredes rachadas

A condição do ensino primário da cidade de Salvador foi abordada pelo jornal *Moderno* através de uma série de reportagens intitulada de “Outro inquérito útil”, que se propôs a percorrer diversas escolas para saber “em que pé se acha o ensino municipal e quais são as suas necessidades”<sup>6</sup>. Nesse sentido, o jornal *Moderno* foi um periódico que se apresentava como politicamente neutro,

<sup>4</sup> *A Tarde*, Salvador, 30 jan. 1918. p. 1. Manifesto do professorado público municipal a capital do estado da Bahia ao povo brasileiro.

<sup>5</sup> O Ato de 4 de outubro de 1895, que tratava do Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado da Bahia, determinava o padrão construtivo mínimo de uma escola, sua divisão arquitetônica, locais de instalação do prédio e as condições higiênicas, especialmente nos artigos 123 a 134.

<sup>6</sup> *Moderno*, Salvador, 01 set. 1913. p. 1. “Outro inquérito útil”.

sem declarar explicitamente a sua preferência para um grupo político diferentemente de outros que declaravam o apoio, de modo a combater o periódico rival. Foi assim com o *Gazeta do Povo* e o *Democrata*, que eram apoiadores de J. J. Seabra e seus seguidores, enquanto que o jornal *A Tarde* (de propriedade de Ernesto Simões Filho) e o *Diário da Bahia* (do ex-governador Severino Vieira) eram declaradamente contrários a Seabra. Simões Filho chegou a ser correligionário de Seabra, mas devido a divergências com o chefe do partido e acusações sobre possíveis favorecimentos a empresas ligadas ao intendente Julio Viveiros Brandão, o jornalista rompeu politicamente com o governador (CUNHA, 2013, p.150-152). Severino Vieira foi governador da Bahia no período de 1900-1904 e agia para manter influência na política baiana e por isso rivalizava com outros políticos que tinham a mesma pretensão como Rui Barbosa e Seabra.

No ano de 1913, entre os meses de setembro a novembro, os repórteres do jornal *Moderno* percorreram escolas do ensino primário da capital instaladas em diversos distritos, tanto na parte central da cidade como em sua periferia. Nessas visitas, os repórteres realizaram entrevistas com as professoras responsáveis pelas escolas e descreveram as condições físicas e materiais dos estabelecimentos de ensino. Foram encontradas dezoito entrevistas, todas elas realizadas com professoras que eram as responsáveis pelo estabelecimento. Esse dado colabora com a observação da prevalência feminina no magistério em Salvador.

As entrevistas publicadas por este jornal apresentavam as professoras insatisfeitas com as suas condições de trabalho, principalmente em relação aos imóveis onde estavam instaladas as suas escolas, o mobiliário escolar, a falta de material de ensino e os baixos salários. A leitura das entrevistas nos permite ter uma ideia das condições de trabalho das professoras, dos aspectos físicos das salas de aulas e dos imóveis onde estavam instaladas as escolas. As entrevistas publicadas são fontes ricas para pesquisa, porém é importante salientar que estas não estão isentas das escolhas do entrevistador, suas interpretações, omissões e até alterações daquilo que foi dito pelas professoras. Ainda assim, a fonte não perde a sua relevância, uma vez que as queixas relatadas pelas professoras em 1913 foram repetidas em anos posteriores por outros meios.

Dessa maneira, foi possível verificar nas entrevistas publicadas as informações como nome das professoras, tempo de atuação no magistério, trajetória profissional, localização das escolas e quantidade de alunos. Por limitação própria de um artigo, não é possível pormenorizar todas as entrevistas dadas ao periódico. Sendo assim, foram escolhidas algumas delas para tratar das queixas das professoras nos anos precedentes a greve de 1918 (SILVA, 2017).

A primeira professora a ser visitada pela equipe do jornal *Moderno* foi Leonor Ferreira, que estava à frente de uma escola para meninas na localidade da Sete Portas há onze anos. O estabelecimento foi escolhido pela equipe porque se ouvia “falar bem” daquela escola. A escola atendia 195 alunas e estava instalada em um imóvel formado por uma sala, um quarto pequeno, um corredor estreito e outra sala. A equipe descreveu a escola como anti-higiênica, provavelmente relacionando a um local com pouca ventilação, iluminação deficiente. Havia uma preocupação com a higiene nas escolas, a deficiência na circulação de ar, a propagação de doenças, além de críticas contra a má postura dos alunos (SILVA, 2017).

A impressão desanimadora em relação às escolas, principalmente no que tange a situação de higiene, não foi somente observada pelos repórteres, pois as autoridades também tinham conhecimento da situação. Em 1915, o Diretor de Ensino da Bahia, ao apresentar o seu relatório ao Intendente Antonio Pacheco Mendes, descreveu a situação de algumas escolas quanto à sua localização e estrutura. Ao tratar dos imóveis onde estavam instaladas as escolas, o Diretor informou que

as casas, muito situadas em logares pouco ou mesmo nada salubres, são destituídas dos mais elementares requisitos higiênicos, encontrando-se dellas até que não possuem aparelho sanitário” (MENDES, 1916, p. 255).

Voltando à entrevista da professora Leonor Ferreira, esta foi questionada sobre o seu salário e respondeu que era “pequeno”, porém evitou críticas ao intendente municipal Júlio Viveiros Brandão. Para a professora, o intendente sabia de suas dificuldades com mobiliário, o espaço da escola e ainda informou este havia visitado a escola. Segundo o relato da docente, Julio Brandão havia

lhe prometido a construção de um grupo escolar em terreno próximo, do qual Leonor Ferreira seria a diretora.

Outra escola visitada pela equipe de reportagem foi a que a professora Lina Victório atuava há sete anos, situada na localidade do Matatu, no distrito de Brotas. Esta era uma escola mista, ou seja, atendia tanto meninas como menino, e possuía 95 alunos matriculados, mas com uma frequência de 40 alunos. A professora alegou que muitos pais nem sempre permitiam a ida de seus filhos por falta de vestimenta e sapatos adequados, já que a localização não era atendida por linha de bonde. É provável que a professora tenha arranjado outra maneira para não tratar da pobreza dos seus alunos e o fato de muitos deles auxiliarem seus responsáveis no trabalho.

Nesse sentido, as instalações da escola foram descritas como uma sala acanhada e escura, com a curiosa situação da localização do quadro negro no imóvel do vizinho, devido ao tamanho diminuto da sala onde estava instalada a escola. A equipe do *Moderno* também descreveu a presença de moveis velhos e pesados, além da presença de caixas de querosene que serviam de mobiliário para as crianças.

Desse modo, o uso de mobiliários antigos, inadequados para uso escolar, bem como as improvisações grotescas como caixas de querosene eram comuns nas escolas públicas primárias de Salvador. Em 1918, o jornal *A Tarde* tratou sobre o assunto e ainda publicou uma foto em que foi possível observar a professora com seus de alunos sentados em caixas de querosene e utilizando a parede da escola como recosto. A pequena distância da professora para os alunos indica que foto foi tirado em uma sala pequena.

**Figura 1 – Alunos sentados em caixas de querosene**



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 09 jul. 1918.

As “caixas de gaz”, como descritas na foto, eram as embalagens em que ficavam acondicionadas as latas de querosene e eram transportadas por carroças pela cidade, principalmente nas localidades afastadas do centro. Nessa perspectiva, as casas não possuíam fornecimento de energia elétrica, seja pela própria ausência do serviço ou pela irregularidade da sua disponibilidade<sup>7</sup>. A população utilizava o querosene ou o “gaz”, no termo popular, para acendimento dos candeeiros com o propósito de iluminar as residências. As caixas utilizadas na escola provavelmente eram recolhidas no lixo ou “doadas” por comerciantes.

A professora Lina Victório, ao ser questionada quanto à atuação do intendente Júlio Viveiros Brandão, também evitou críticas e disse que já o tinha procurado. Pelo fato de ele estar viajando, o assunto foi tratado pelo seu substituto, o Monsenhor Cruz. Quanto ao salário, a professora o qualificou como sendo regular e acrescentou que os seus proventos estavam “em dia”, voltando a tecer elogios ao intendente municipal.

A postura de evitar críticas às autoridades municipais foi uma prática recorrente entre as entrevistadas, possivelmente por temerem sofrer retaliação como transferências do local de trabalho, atraso no pagamento de salários assim como ver negados pedidos pessoais. As professoras primárias faziam parte da repartição do Ensino Primário e este era o maior do serviço municipal que representava, aproximadamente, a metade dos funcionários municipais entre 1890 e 1930 (SANTOS, 2001, p. 34). Segundo Mário Augusto da Silva Santos, o funcionalismo público constituía uma clientela dos donos do poder e as boas relações estabelecidas com as autoridades eram importantes para troca de favores, além de que ter um “pistolão” era o meio regular de acesso aos cargos, já que os concursos eram escassos (2001, p. 53). O “pistolão” era a denominação dada a uma pessoa que devido ao cargo que ocupava na administração municipal ou influência política indicava pessoas para ocupar cargos na repartição pública.

A equipe do jornal *Moderno*, ao perceber que as professoras evitavam críticas e comentários sobre a situação do ensino primário, procurou o intendente Julio Viveiros Brandão para que este declarasse seu apoio à

---

<sup>7</sup> Quando ocorria aumento no preço do querosene ou este faltava para a população, esse era um fato noticiado nos jornais. Em relação à distribuição e venda do querosene para população de Salvador, conferir: *O Imparcial*, Salvador, 04 jan. 1919.

iniciativa do periódico. Uma nota foi publicada a afirmar a declaração de apoio do intendente, ao passo que solicitava que as professoras respondessem com franqueza aos repórteres<sup>8</sup>.

Ao retomar as entrevistas, a equipe do jornal procurou a professora Emilia Lobo Viana e, antes de iniciar o “inquérito”, questionou se a professora tinha lido a declaração do intendente. A professora respondeu positivamente e elogiou o intendente pela postura. Atitude semelhante teve a professora Maria Augusta, ao ser visitada pela equipe do jornal. Esta última, por sua vez, elogiou a iniciativa e disse que acompanhava os Inquéritos. E, para provar a sua fala, mostrou à equipe o exemplar do jornal do dia anterior. A precariedade do ensino primário estava nas páginas dos jornais e o tema circulava entre as professoras. Mais tarde, os professores utilizariam a imprensa para pressionar o governo.

A escola da professora Maria Augusta estava instalada numa pequena casa de dois compartimentos sendo uma sala e um quarto. O mobiliário era composto por bancadas, descritas pelos repórteres do *Moderno* como velhas e apodrecidas. Confiante na repercussão da série de reportagens, a professora solicitou à equipe para não deixasse de publicar que “o mobiliário é o pior possível”<sup>9</sup>. Assim, confiava que o intendente leria a reportagem e apresentava publicamente a sua queixa.

### **Professoras: queixas, reivindicações e greve**

Não era somente pela imprensa que as professoras demonstravam o seu descontentamento, uma vez que os pedidos e as queixas foram enviados através de cartas endereçadas à Diretoria de Ensino. Essas cartas detalhavam a situação de precariedade vivenciada pelas docentes e tratavam também sobre as dificuldades enfrentadas pelas professoras. Uma das cartas envolveu a professora Lina Victório e a locação do imóvel onde estava instalada a escola na qual trabalhava, que fora descrita pelo *Moderno* como a que possuía o quadro negro na sala da casa vizinha.

---

<sup>8</sup> *Moderno*, Salvador, 06 set. 1913. p. 1. “O intendente e o inquérito”.

<sup>9</sup> *Moderno*, Salvador, 13 set. 1913. p. 2.

Nessa perspectiva, o Diretor de Ensino recebeu uma carta de um senhor por nome de Álvaro Muniz do Patrocínio, em dezembro de 1913, que informava a sublocação de parte de um imóvel à professora Lina Victório. Desse modo, a escola do Matatu estava instalada numa sala sublocada de uma casa onde já morava uma família. Assim, o reclamante informou que tinha um acordo com a professora para que esta pagasse 20\$000 (vinte mil réis) pela sala e, com isso, auxiliava no pagamento de 51\$000 do aluguel do imóvel. A queixa se deu porque a casa havia sido vendida e o novo proprietário queria o imóvel desocupado. A partir desse fato, a professora, segundo o reclamante, devia-lhe alguns meses da sublocação. O autor da carta informou ainda que a professora somente entregaria a dita sala ao final do ano letivo.

Devido ao encarecimento nos preços dos aluguéis, era comum que os professores buscassem meios para minimizar os custos com a locação de imóveis, pois a intendência disponibilizava somente a quantia de cinquenta mil réis para pagamento de aluguel. Porém, a partir de 1912, houve o aumento da população e maior procura por imóveis, com as obras de remodelação do centro de Salvador. Assim, os preços dos aluguéis aumentaram, o que provocou a carestia no valor dos imóveis<sup>10</sup>. Os professores se queixavam de que a quantia disponibilizada pela intendência era insuficiente para alugar um imóvel apropriado para instalar uma escola. Esses profissionais chegavam a alugar imóveis por valores superiores à ajuda de custo complementando o restante do seu próprio salário.

Ao ser questionada sobre a curiosa situação, a professora Lina Victório respondeu em carta ao Delegado Escolar – o professor Antonio Bahia –, a inusitada situação. Em sua defesa a professora relatou as dificuldades de convivência com os outros residentes da casa, principalmente por conta da falta de água, da ocupação de espaço nos corredores onde ficavam os materiais utilizados na escola e o “enfado” à medida que aumentava o número de alunos. Na carta, a professora citou a curiosa situação do uso de uma sala da casa vizinha para depósito de mobiliário e realização de exercícios escolares, referindo-se ao local onde estava instalado o quadro-negro. Essa informação

---

<sup>10</sup> Sobre a carestia nos preços dos alugueis em Salvador a partir de 1912, consultar LEITE (1996) e SANTOS (2008).

demonstra que, mais de um ano após a entrevista concedida ao jornal *Moderno*, a situação de precariedade da escola continuava sem que nada tivesse sido feito.

A professora seguiu seu relato e informou que em alguns momentos ocorreram discussões com o sublocador e até ofensas verbais por parte dele. É válido reproduzir as palavras da professora Lina Victório, em relação à situação constrangedora:

No dia 25 de novembro [1914] mandei chamá-lo, em nossa casa para ver que não se mudava e paguei-lhes os meses de Outubro, Novembro, Dezembro, desonhando-me (sic) o queixoso e insultando-me injuriosamente. Como não tivesse pessoa para reagir a tão grande audácia lembrei-lhe o lugar em que se achava. Foi tão grande e selvagem a fúria do individuo de inqualificável educação, que, proferindo nomes injuriosos, sahiu bruscamente, convidando-me para rua; vendo-me assim incapaz de competir com esta forma selvática de proceder, bati-lhe o trinco, deixando-o fora a procura de seus semelhantes para saciar-se no desafio<sup>11</sup>.

Como se não bastasse a condição precária de trabalho, os aborrecimentos e os constrangimentos de estar à frente de uma escola que funcionava em uma sala de visitas de um imóvel que era dividido com outra família, a professora ainda se deparou com uma situação vexatória. No relato, a professora deixa escapar que não tinha ninguém que pudesse lhe proteger naquele momento. Talvez se referisse a uma autoridade policial, um membro da família ou até a ausência de um companheiro que pudesse lidar com aquela situação.

Encontrar informações sobre esposos, companheiros e filhos de professoras naquele período não era algo comum. Quando encontradas menções sobre família de professoras, referiam-se às mulheres que eram casadas com professores – como no caso do professor Jacintho Tolentino Britto Caraúna e a sua esposa, também professora, Adelaide Malthilde de Britto Caraúna –, porém o mais comum era a menção de professoras sem algum tipo de companhia.

Ao tratar sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e informal na Salvador da Primeira República, Alberto Heráclito Ferreira Filho destacou a prevalência feminina na docência e pontuou que muitas mulheres ostentavam o diploma de professora como um dote, sem necessariamente

---

<sup>11</sup> *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Diretoria do Ensino Municipal. 1916. Cx. 07.

exercer a profissão (1993, p. 73). No entanto, aquelas que exerciam a profissão eram, muitas vezes, mulheres com poucos recursos e que respondiam sozinhas pelos custos de manter uma escola em funcionamento.

A memorialista Hildegardes Vianna também tratou sobre a família das professoras e das relações amorosas dessas mulheres (2000, p. 272-278). Segundo a memorialista, as professoras, quando possuía pais e irmãos que dividiam o sustento da família, exerciam o seu ofício sem muitas dificuldades e podiam até levar uma vida financeiramente estável. Os problemas se instalavam quando as professoras, pelo infortúnio da perda de familiares, tinham que assumir a chefia dos seus lares, muitas vezes sustentando outros integrantes da família como as irmãs mais novas.

A memorialista lembra que as professoras que estavam à frente da família tinham dificuldades para contrair matrimônio. As exigências sociais em relação à conduta e o comportamento de uma professora era um impeditivo para que mulheres professoras pudessem ter relacionamentos amorosos com liberdade. Entre as condições para as mulheres assumirem a cadeira do magistério estava a necessidade de comprovar seu estado civil através de certidão, no caso das mulheres casadas ou viúvas. As mulheres separadas, contudo, deveriam provar que o motivo da separação não foi “desairoso”, ou seja, inconveniente, mediante a certidão *verbum adverbum* das respectivas sentenças.

Outras exigências eram direcionadas aos professores com um peso maior para as docentes como a inadmissibilidade de faltas motivadas por vícios ou condutas tidas como imorais que prejudicasse a confiança dos pais e fosse prejudicial aos alunos<sup>12</sup>. Além da fiscalização das autoridades escolares, o professor estava submetido ao julgamento dos pais e da comunidade.

Ainda segundo a memorialista, as professoras eram pressionadas socialmente a arrumar bons casamentos, evitando relacionamentos com homens “sem futuro” e com pouca instrução. Nem sempre foi isso que ocorreu e, em alguns casos, as professoras tiveram companheiros que tinham baixos salários e até aqueles que, por não possuírem empregos, seja por dificuldade

---

<sup>12</sup> Estas exigências constam no Regulamento 245 de 11 de maio de 1896, emitido pela Intendência Municipal em 1899, assim como as regras de funcionamento das escolas, os direitos e deveres do professorado. Para consultar o teor do Regulamento 245 verificar a sua transcrição em SANTANA (2014).

econômica do momento ou por opção, eram sustentados pelas docentes, os chamados Felipes, os maridos de professora.

Ao tratar sobre os caixeiros viajantes na Primeira República em Salvador, Mário Augusto da Silva Santos cita que alguns deles buscavam professoras para contrair matrimônio (2009, p. 49-55). O motivo da escolha era a possibilidade de ter alguém que auxiliasse financeiramente no orçamento doméstico. Entre as profissões declaradas das noivas dos caixeiros, o autor encontrou professoras do ensino primário, costureiras, operárias e funcionárias públicas.

Voltando às entrevistadas do jornal *Moderno*, destaca-se a participação da professora Emilia Lobo Vianna. A professora recebeu a equipe do jornal na sua escola que era localizada no Carmo. A escola era localizada no segundo andar de um prédio locado e em um sótão que acomodava 190 alunas. Esse tipo imóvel contrariava a orientação de instalações de escolas que deveriam ser localizadas no térreo para evitar que as crianças subissem escadas, porém não foi o que a equipe encontrou.

Em relação ao imóvel, a professora informou que pagava cem mil réis pela locação e recebia cinquenta mil réis de ajuda da intendência para esse fim. A professora informou que na localidade havia imóveis com instalações mais apropriadas para a sua escola, mas o valor do aluguel era superior ao imóvel atual. Relatou ainda as estratégias de professores para pagar o aluguel sem comprometer os seus ganhos, a exemplo de buscar imóveis que atendessem à necessidade de moradia para sua família e escola.

Assim, utilizar um mesmo imóvel como escola e moradia não era um fato desconhecido dos delegados escolares que deviam fiscalizar esse tipo de prática. Em 1914, o professor Severo Pessoa comunicou ao Delegado Escolar da 1ª Circunscrição sobre a suspensão das aulas devido ao acometimento de sarampo por uma pessoa de sua família. O professor informou que, por residir no mesmo prédio onde estava instalada a escola, fez-se necessário suspender as aulas como forma de evitar o contágio da doença para os alunos do turno diurno e noturno<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Diretoria do Ensino Municipal. Processos da Intendência. Carta enviada pelo professor Severo Pessoa ao Delegado da 1ª circunscrição escolar. Cx. 07.

Dessa forma, a professora Emilia Lobo Vianna, ao ser questionada sobre o seu salário, foi taxativa em afirmar que era um trabalho mal remunerado e que o valor recebido, em torno de duzentos e cinquenta mil réis. Para ela, era um “simples ganha-pão” e ainda declarou que quem se dedicava ao magistério “exerce um sacerdócio e deve ter mais em vista a instrução dos pequenos patrícios do que seu bem-estar particular”<sup>14</sup>. A professora compensava a sua angústia afirmando que tinha predileção pelo magistério, por achar a profissão “muito nobilitante” e por isso não se enfadava com o ensino. Mantinha, assim, o discurso da profissão como uma missão que deveria ser cumprida mesmo com toda dificuldade.

Nesse sentido, Emília Lobo Vianna era formada em magistério pela Escola Normal da Bahia e iniciou a sua trajetória no magistério em 1896, quando passou a servir ao Estado. Em 1907, já com o ensino primário municipalizado na capital, foi convidada para ser professora da escola do sexo masculino no distrito da Pituba. Já em 1911, foi transferida para o distrito do Carmo para ficar à frente da escola do sexo feminino onde permaneceu até a década de 1920<sup>15</sup>.

### **Figura 2 - Professora Emilia Lobo Vianna**



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 14 fev. 1918.

<sup>14</sup> *Moderno*, Salvador, 9 set. 1913. p. 1.

<sup>15</sup> *Moderno*, Salvador, 9 set. 1913. p.1. O nome de Emilia Lobo Vianna é citado em um levantamento da Intendência Municipal de Salvador em 1920 como professora da 1ª escola do sexo feminino da Rua do Paço conforme o Ato nº 24 de 22 de março de 1920. Cf. SANTANA (2014).

A professora Emilia Lobo Vianna se destacou por tratar sobre as dificuldades do exercício de sua profissão, por meio de declarações publicadas na imprensa, cartas enviadas às autoridades públicas em que cobrava melhores condições de trabalho e tecia críticas sobre a situação do ensino primário na cidade. Em seus relatos, a professora tratou sobre a situação salarial dos professores e adjuntos, os atrasos nos pagamentos dos salários, as condições precárias de trabalho, os atrasos nos pagamentos dos aluguéis e as ameaças de despejo.

O nome da referida professora foi lembrado em um texto que homenageava os Mestres da Infância da Bahia, publicado na revista *Bahia Illustrada*, em 1918. No rol de nomes lembrados, como os dos professores Cincinato Franca, Vicente Ferreira Café, Possidônio Dias Coelho, Amélia Rodrigues, Alberto de Assis, Hugo Balthazar da Silveira, Roberto Correa, dentre outros, a professora Emilia Lobo Vianna foi citada como “mestre competente”, “heroína”, “um dos mais fortes esteios da classe do professorado municipal”<sup>16</sup>.

Em 1915, Emília Lobo Vianna enviou carta ao Intendente Municipal solicitando providências quanto ao pagamento do aluguel do prédio onde sua escola estava instalada. A professora informou que já tinham sido movidas quatro ações de despejo contra ela e estava na iminência de uma quinta ação judicial. A professora explicou que o proprietário solicitava a majoração do aluguel de noventa e quatro mil réis mensais para trezentos mil réis e que só tinha conseguido impedir o reajuste devido à ação do advogado procurador do município<sup>17</sup>.

A ameaça de despejo foi uma constante na vida das professoras. Por tais ocasiões, a professora Marianna Olympio dos Santos Silva enviou uma carta ao Delegado Escolar, cujo texto informou a ameaça de despejo por causa de uma dívida de seis meses de aluguel. Segundo a professora, a falta de pagamento do aluguel foi motivada pelo não pagamento de seus vencimentos por igual período.

Nem todas as cartas enviadas para as autoridades eram queixas, pois haviam pedidos pessoais também. Dessa maneira, os professores se aproveitavam das relações de proximidade com as autoridades municipais para

<sup>16</sup> *Bahia Illustrada*, Salvador, n. 12, novembro de 1918.

<sup>17</sup> *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Fundo Intendência. Diretoria de Ensino Municipal. Cartas enviadas à diretoria de ensino. Cx 07.

intermediarem solicitações de pessoas próximas, a exemplo de seus parentes. A professora Emilia Lobo Vianna intermediou um pedido em favor de sua irmã, Alice de Oliveira Lobo, para que esta fosse designada como sua auxiliar, uma vez que já tinham trabalhado juntas por cinco anos. A professora procurou deixar explícito que o pedido se dava por conta das qualidades da assistente e não pela condição de parentesco. Com isso, buscou influenciar na decisão do Delegado Escolar<sup>18</sup> que, por sua vez, encaminhou o pedido ao Intendente, descrevendo o histórico dos serviços prestados por Alice de Oliveira Lobo. O pedido foi deferido<sup>19</sup> e o nome de Alice de Oliveira Lobo apareceu como professora adjunta da escola feminina no distrito da Rua do Paço em 1915.

Em 1915, durante a administração de J. J. Seabra, foi alterada a Lei Orgânica Municipal e os intendentes passaram a ser nomeados pelo governador do estado, sem a necessidade de eleição. Sendo assim, os intendentes que ocuparam a cadeira foram todos ligados ao grupo de Seabra (SARMENTO, 2011, p. 167). Em 1916, Antonio Muniz, correligionário de Seabra, foi eleito novo governador da Bahia e Antonio Pacheco Mendes foi indicado como intendente da capital. Foi a partir desse ano que a cidade passou por dificuldades econômicas devido ao endividamento oriundo dos empréstimos estrangeiros para remodelação da área central da cidade e desequilíbrio nos gastos financeiros. Foram tempos de carestia dos alimentos, desabastecimento e falta de recursos para pagamento dos funcionários municipais. Em meio aos protestos, confrontos, passeatas, quebra-quebras e greves, os professores municipais decidiram não abrir as suas escolas no início do ano letivo de 1918, dando início à primeira greve da categoria.

As queixas e reivindicações por parte de professoras ocorreram também durante a greve da categoria de nesse mesmo ano. Vale ressaltar que, mesmo sendo as professoras a ampla maioria entre os docentes do ensino primário, foram os poucos homens do professorado que se posicionaram à frente do movimento. Essa situação ficou nítida ao verificar a lista da comissão de greve que era composta em sua maioria por homens e apresentava os nomes das professoras sempre após os deles. Uma atitude que evidenciava a prevalência do

---

<sup>18</sup> *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Fundo da Intendência. 1912. Cx 07.

<sup>19</sup> *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Fundo da Intendência. 1914.

masculino em relação ao feminino, mesmo nas situações em que numericamente as mulheres eram maioria. Segundo Ferreira Filho (1993, p. 200), a cidade de Salvador era feminina na sua expressão, porém masculina em seus propósitos.

No convite para reunião da categoria que ocorreu em 17 de fevereiro de 1918, os nomes das professoras Jovina de Castro Sena Moreira, Ana Moreira Bahiense, Jesuína Beatriz de Oliveira e Emilia de Oliveira Lobo Vianna foram listados como integrantes da comissão de greve. A reunião ocorrida no Salão Principal do Lyceu de Artes e Ofícios da Bahia foi notícia na imprensa e o jornal *Diário da Bahia* destacou a grande presença de “exma senhoras”<sup>20</sup>. O jornal *A Tarde* também destacou a reunião e, inclusive, publicou fotos de grupos de professores e professoras, cujas mulheres fotografadas estavam bem arrumadas com seus elegantes chapéus. O periódico ainda destacou a presença feminina no auditório, ao informar que eram mais de “cem senhoras e senhorinhas” presentes, provavelmente referindo-se as professoras e suas adjuntas<sup>21</sup>.

Após um mês do início da greve, uma carta da professora Emilia Lobo Vianna foi publicada no jornal *A Tarde*. Nesta carta, a professora fez um breve histórico da situação do professorado desde a gestão do intendente Júlio Viveiros Brandão (1911-1914) até a de Propício da Fontoura, ocupante do cargo naquele momento. Na carta, a professora denunciou que o desequilíbrio das contas municipais (que era apontado como a causa dos atrasos nos pagamentos do professorado) foi decorrente das nomeações de diversos adjuntos e alunos mestres, dias antes do final do ano letivo, levantando a suspeita de favorecimento a pessoas indicadas, o famoso “pistolão”. A professora lembrou que, enquanto ela e suas adjuntas ficavam sem receber os seus vencimentos – mesmo com suas escolas com uma boa frequência de alunos –, outras professoras recebiam salários em dia, com suas escolas vazias<sup>22</sup>.

A professora Emília Lobo Vianna, em outro trecho da carta, descreveu o desgaste da relação do professorado com os representantes da intendência. A crise financeira que atingiu os cofres municipais transformou os vínculos de proximidade entre professores e intendência. O que antes era uma relação

<sup>20</sup> *Diário da Bahia*, Salvador, 19 fev. 1918. p. 1.

<sup>21</sup> *A Tarde*, Salvador, 18 fev. 1918. p. 1.

<sup>22</sup> *A Tarde*, Salvador, 14 fev. 1918. p. 1.

amistosa se transformou em afastamento e o conflito. Lembrava a professora que por causa da crise financeira e dos atrasos nos vencimentos, os professores, que antes tinham acesso aos gabinetes da intendência, passaram a ser barrados por guardas que ficavam na entrada do prédio. Mesmo se passassem pelos guardas, o porteiro tinha ordens para não permitir acesso de professores.

A situação entre o professorado e a intendência se tornou ainda mais tensa após a punição do professor Isauro Coelho, que foi suspenso pelo Intendente devido a críticas feitas ao governador por meio da imprensa. A professora Emilia Vianna lembrou o episódio e manifestou solidariedade ao professor. Esta, por sua vez, denunciou que o professor Presciliano Leal, que ocupava o cargo de Diretor Escolar, foi chamado ao gabinete para receber “um pito” por se manifestar contra a suspensão, e que os professores Cincinato Franca e Roberto Correa tiveram que se explicar e foram pressionados a se retratar pelo mesmo motivo.

Nesta edição do jornal *A Tarde*, também foi publicada a foto da professora Jovina de Sena Moreira, destacando a sua participação no movimento do professorado. Segundo publicação do *Diário da Bahia*, a professora Jovina Moreira aderiu ao movimento nos primeiros dias de fevereiro e o seu nome constava na comissão de greve que convocou os professores para uma reunião no Grêmio Literário. A professora permaneceu na comissão até o fim do movimento no mês de setembro de 1918. Sua foto sugeriu que a professora era uma mulher negra. Se não fosse a foto, não seria possível verificar tal característica uma vez que este não era um assunto tratado entre os professores, imprensa e as autoridades. Além da professora, outros mestres também apresentavam características afrodescendentes como Vicente Ferreira Café e Isauro Coelho, o professor suspenso. A atuação de professores e professoras negras na cidade de Salvador na Primeira República é um tema que necessita mais pesquisas.

**Figura 3 - Professora Jovina de Senna Moreira**



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 14 fev. 1918.

Na reunião do professorado realizada em 30 de março, no Grêmio Literário, foram lidas duas cartas de professoras. A primeira foi de autoria da professora Ana Moreira Bahiense que, por motivos superiores, não estava presente, porém enviou uma mensagem de solidariedade ao movimento afirmando que estava “disposta a arcar com todas as consequências que possam advir da não abertura das escolas”. Em outro trecho a professora afirmou que aguardaria “qualquer castigo que me possam infligir [...] e sentir-me feliz se for sacrificada por amor a classe que orgulhosa pertence”. Manifestou-se ainda a favor de manter o movimento até o pagamento total dos vencimentos devidos e que o grupo não deveria reabrir as escolas por causa de promessas da intendência<sup>23</sup>.

Nesta mesma reunião, também foi lida a carta da professora Emília Lobo Vianna com as propostas do professorado municipal direcionadas à intendência como condição para finalizar o movimento. Na carta, a professora discorreu sobre a situação financeira e política do estado. Citou também a condição de professores que, sem seus salários, com dificuldade para sustento de suas famílias, debilitados, acabam internados no hospício de alienados sem o “uso da razão”. Emília Vianna fez referências sobre as relações estabelecidas com professores paulistas e com a comunidade baiana no Rio de Janeiro. Criticou os periódicos de imprensa governista que não publicavam as reivindicações dos professores e se limitavam a declarar que a classe estava sendo vítima das

---

<sup>23</sup> *Diário da Bahia*, Salvador, 31 mar. 1918.

explorações da imprensa de oposição. Para a professora, os periódicos oposicionistas se portavam como “amigos” da classe.

No final da carta, a professora Emília Lobo Vianna tratou das condições para findar o movimento, a saber: a primeira era a revogação da suspensão do professor Isauro Coelho; a segunda era o pagamento dos salários atrasados e continuação dos pagamentos mensais; e a terceira era o respeito ao professorado. De certa maneira, as reivindicações foram atendidas.

A greve do professorado foi encerrada em setembro, após a intendência iniciar o pagamento dos vencimentos atrasados dos professores e revogar a punição do professor Isauro Coelho. Isso não quer dizer que os problemas foram resolvidos porque, em 1919, os professores continuavam a reclamar dos mesmos problemas. Foram nove meses com muitas ações do professorado, como envio de carta ao Presidente da República, o envolvimento de Ruy Barbosa e notícias publicadas em periódicos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O destaque dado pela imprensa de oposição serviu como uma forma de pressão junto aos governantes, sobretudo ao abrir espaço para as queixas e reivindicações do professorado municipal.

### **Considerações Finais**

A intenção deste artigo foi demonstrar que os professores e, principalmente, as professoras, a ampla maioria entre os docentes, já demonstravam suas insatisfações em anos anteriores a greve de 1918. Ainda que os periódicos tratassem como surpresa o envolvimento feminino no movimento grevista, foi possível demonstrar que as docentes já tratavam anteriormente das precariedades do ensino primário da capital. Graças às cartas enviadas às autoridades, as entrevistas, manifestações e cartas publicadas na imprensa, foi possível ter a ideia de quão precário era o trabalho das professoras, as tensões que passaram pelo risco de despejo e as ameaças sofridas no exercício da sua profissão.

Os registros deixados pelas professoras demonstram que elas não discutiram somente questões educacionais, mas também trataram sobre a situação política, econômica e social. As ações dessas mulheres antes e durante o movimento de 1918, assim como participação delas na comissão de greve

junto à coragem de se posicionar, as demonstrações de solidariedade não foram uma novidade, mas a continuidade de uma luta que, mesmo após cem anos, parece não ter fim.

## Referências

CONCEIÇÃO, Héliida; COSTA, Ana Alice A. Revolta dos resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918/1919). In. SARDENBERG, Cecília et al. *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001. p. 119-131.

CUNHA, Joaci de S. O roseiral e os espinhos: J.J. Seabra e a crise de sua supremacia política na Bahia. In. BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Claudio (Org.). *Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2013. p.145-177.

DICK, Sara Martha. Processo histórico de feminização do magistério baiano. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sergipe: SBHE. 2008. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/246.pdf>. Acesso em 10 out. 2016

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. 1993. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912/1916*. 1996. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. 2009. 174 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

\_\_\_\_\_. Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos de A. (Org.). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008. p. 233-266.

MENDES, Antonio Pacheco. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia*. Seção de obras do “O Democrata”. Bahia. 1916.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *A educação e suas relações com a moral*. Bahia, 1915.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Salvador: Edufba, 1998.

SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: o ensino primário no Município de Salvador (1896-1929)*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 31-57.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2001.

\_\_\_\_\_. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 21-29, 2008.

\_\_\_\_\_. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Fabiano Moreira da. *Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve*. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim: crônicas de costumes*. Salvador: FG, 2000.

VIEIRA, Débora Magali Miranda. Representações da docência nos escritos dos professores na Revista do Ensino Primário. In: SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador (1896-1929)*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 123-133.